



Módulo 1

Introdução e contextualização histórica da sustentabilidade

SAPANA•ORG
making purpose sustainable

**“Sustentabilidade
consiste em construir
pensando no futuro”**

-Renzo Piano

I. SUSTENTABILIDADE

Origem da palavra

A palavra sustentabilidade provém do latim da palavra *sustentare* que significa **sustentar; defender; favorecer, apoiar; conservar, cuidar**. Sustentabilidade nos dicionários está definida como a **habilidade, no sentido de capacidade, de sustentar ou suportar uma ou mais condições, exibida por algo ou alguém**.

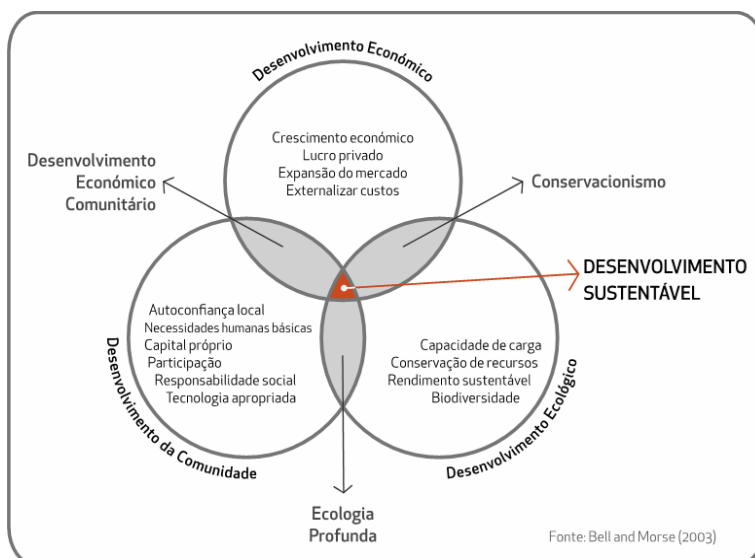
Evolução histórica do conceito Sustentável

Sustentável teve origem nos anos 1610s, “suportável,” provém de manter/sustentar + capaz/apto. Reconhecido a partir de 1845 com o sentido de “defensável”; a partir de 1965 com o significado “capaz de ser continuado a um certo nível”. **O crescimento sustentável é registado a partir de 1965. (CAPACIDADE PARA SUSTENTAR)**

Atualmente

Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável tem sido comumente definido como **“Desenvolvimento económico e social que atende às necessidades da geração atual sem minar a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”** (WCED, 1987).

Esta definição reuniu o que é hoje conhecido como os **três pilares do desenvolvimento sustentável**: desenvolvimento económico, desenvolvimento social e desenvolvimento ecológico sob um único objetivo social de sustentabilidade.



A Fig. 1 mostra uma representação esquematizada/diagramática comum de como estes três pilares precisam de estar unidos para atingir este objetivo de sustentabilidade.

II. EVENTOS-CHAVE NA FORMULAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Uma das primeiras publicações importantes que avaliou a capacidade da terra de sustentar a sua população foi:

1) “Um estudo sobre o princípio da população”, escrito em 1798 por Thomas Malthus. Neste estudo, Malthus previu que o crescimento futuro da população seria insustentável, pois a população crescia exponencialmente enquanto que os recursos cresciam aritmeticamente, de modo que a determinada altura, a população iria superar os recursos disponíveis, levando a um surto de fome, guerra e pragas. Tal não aconteceu conforme previsto devido aos avanços no saneamento, tecnologia, distribuição de alimentos e desaceleração do crescimento populacional, mas a teoria ainda é relevante no século XXI. As populações continuam a crescer e, muito embora a tecnologia continue a evoluir, os recursos não renováveis estão a ser consumidos, reduzindo os recursos disponíveis para as gerações futuras.

O estudo de Malthus implicava que havia um número máximo de pessoas que a Terra poderia sustentar e, ultrapassando este nº, fatores como a fome interviriam para reduzir este desequilíbrio. Esta teoria tem sido amplamente utilizada na ecologia, usando a terminologia de capacidade de carga, a qual implica que um sistema ecológico apenas pode suportar um limite crítico, ao ultrapassar este limite, resultaria num uso excessivo de recursos e um eventual colapso da população. Em particular, tem sido amplamente utilizado na indústria pesqueira, onde, com o tempo, as autoridades determinaram o que era uma colheita sustentável de peixe ou, mais comumente, o que era o Rendimento Sustentável Máximo (MSY, na sigla em inglês) para evitar excessos. Larkin (1977) escreveu:

*Qualquer espécie produz anualmente um excedente de colheita
E se só utilizar essa quantidade
E não mais,
Pode continuar a receber para sempre*

2) Em 1968, Garret Hardins publicou “A tragédia dos comuns”, que aborda novamente o problema do uso excessivo dos recursos naturais. Este artigo **destacou a necessidade de uma postura moral na manutenção dos recursos públicos e informou que os avanços tecnológicos já não eram suficientes.** A tragédia dos comuns evolui quando os indivíduos usam

um bem público, mas não pagam pelo seu custo total. O exemplo usado é um pasto em que os agricultores podem pastorear o gado. Cada indivíduo procura maximizar a sua utilização individual, mas não pagando o custo total por isso. Como indivíduos, a melhor maneira de maximizar a utilidade é usar o bem público tanto quanto possível e, como cada um dos indivíduos seguem essa estratégia, o bem público finito esgota-se e, no caso dos agricultores, já não há mais erva para alimentar o gado.

Este artigo destacou **a necessidade da sociedade desempenhar um papel na educação cívica dos cidadãos por forma a sustentar os seus ambientes, pois já não bastava contar com os avanços tecnológicos para se abastecerem indefinidamente para o futuro.** Antes da década de 1960, não havia conhecimento público amplo sobre as questões ambientais e de conservação que estão agora a ser enfrentadas mundialmente. Munn, em 1992, afirmou que só na década de 1960 é que os grupos de cidadãos defensores do ambiente, se tornaram numa grande força política e isso deveu-se ao facto de que as pessoas começaram a reconhecer que a poluição era generalizada e que o campo estava ameaçado.

3) É relatado que as preocupações públicas levantadas na década de 1960 foram uma das principais razões para **em 1972, se realizar em Estocolmo a conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano.** Esta conferência global acordou em 26 princípios, mas em qualquer estratégia para fazer face a esses princípios. Os acordos incluíam o princípio 3, que afirmava que **“A capacidade da terra para produzir recursos renováveis vitais deve ser mantida e, sempre que aplicável, restaurada ou melhorada”.** Este princípio baseava-se no conceito previamente abordado de **manter a capacidade de suporte.** Um resultado desta conferência foi a criação do **Programa Nacional do Meio Ambiente (PNUMA)** cuja missão era “estimular a liderança e incentivar parcerias no cuidado com o meio ambiente, inspirando, informando e capacitando nações e povos a melhorar a sua qualidade de vida, sem comprometer a das gerações futuras”.

Nota: Um dos principais objetivos que surgiu na conferência de Estocolmo foi que o conceito de “não crescimento” não poderia ser uma política viável para qualquer sociedade. Esta problemática do crescimento limitado, pela primeira vez considerada por Malthus, seria novamente divulgada em 1972, no livro de Meadows, intitulado “Limites ao crescimento: um relatório para o clube do Projeto Roma sobre a situação da humanidade”. Este livro concluiu que, se as tendências de crescimento permanecessem inalteradas, os limites para o

crescimento seriam atingidos nos próximos 100 anos, mas que esse período poderia ser alargado se as tendências de crescimento fossem alteradas no sentido de criar “uma condição de estabilidade ecológica e económica”. Este livro foi altamente controverso na sua época, mas serviu para realçar ainda mais ao mundo as possibilidades que as suas ações poderiam ter. Também reconheceu a necessidade de combinar uma abordagem ecológica e económica na redução dos aspetos negativos da sociedade.

4) O próximo grande evento na história da expressão ‘desenvolvimento sustentável’ foi a **Estratégia Mundial de Conservação, organizada pelo PNUMA em 1980**, a qual identificou a necessidade de soluções de longo prazo e a integração dos objetivos ambientais e de desenvolvimento. Foi esta estratégia que utilizou pela primeira vez a terminologia “**desenvolvimento que é sustentável**”. A estratégia afirmou que:

“Este é o tipo de desenvolvimento que proporciona melhorias reais na qualidade da vida humana e, simultaneamente, conserva a vitalidade e a diversidade da Terra. O objetivo é o desenvolvimento que será sustentável. Hoje pode parecer visionário, mas é exequível. Para cada vez mais pessoas, também aparenta ser a única opção racional”. Estratégia Mundial de Conservação, PNUMA, UNEP e WWF (1980).

5) Um dos principais problemas desta estratégia é o facto de lidar especificamente com a conservação e não oferecia uma visão holística do que agora entendemos por sustentabilidade. Essa visão holística de sustentabilidade foi comprovada sete anos depois no “**Relatório Brundtland “o nosso futuro comum”**”. Este relatório baseou-se na conclusão da **Conferência Internacional de 1984, em Londres, sobre o Meio Ambiente e Economia**, segundo a qual o meio ambiente e a economia deveriam reforçar-se mutuamente.

O relatório Brundtland teve em consideração as formas pelas quais a população mundial em crescimento poderia fazer face às suas necessidades no próximo século. Ao fazê-lo, criou a expressão desenvolvimento sustentável como “**desenvolvimento económico e social que atende às necessidades da geração atual, sem prejudicar a possibilidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades**” (WCED, 1997). Este relatório destacou o requisito de que o desenvolvimento económico, social e am-

biental seja considerado conjuntamente, para alcançar o desenvolvimento sustentável no futuro.

Nesta altura, o desenvolvimento sustentável era apenas um objetivo hipotético. A etapa seguinte foi a de determinar exatamente o que significava em termos práticos.

6) O próximo momento decisivo no desenvolvimento de uma perceção do que era sustentabilidade foi a **Cimeira da Terra no Rio em 1992**, sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Esta cimeira **impulsionou o conceito de desenvolvimento sustentável de várias formas**. Na organização da Cimeira Agenda 21, foi preparado como um modelo para o desenvolvimento sustentável no mundo. Inspirado no relatório Brundtland, descreveu uma estratégia que combinou as três dimensões - social, económica e ambiental com a atuação a todos os níveis de Governação. **O Princípio 4 da Declaração do Rio incorpora esta estratégia ao afirmar que:**

«A fim de alcançar um desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente».

Era suposto a Agenda 21 ter vastas implicações a nível mundial. **A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS)** foi criada para assegurar que a Agenda 21 teria um impacto a todos os níveis de governação, o que exigia estratégias nacionais e locais de desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 faz agora parte da estratégia da autoridade local no Reino Unido, após o discurso político dado por Tony Blair na Assembleia Geral da ONU em 1997:

“Eu quero que todas as autoridades locais no Reino Unido adotem as estratégias da Agenda 21 Local até o ano 2000”.

Isto resultou na criação de vários documentos e sites que facultam conselhos sobre como atingir essa meta. Nos anos seguintes à Cimeira, foram desenvolvidos indicadores a nível nacional e local para operacionalizar os objetivos considerados.

Nota: Um dos resultados obtidos pelo Reino Unido na Cimeira da Terra no Rio, foi a **criação da sua primeira Estratégia de Desenvolvimento Sustentável em 1994**, definida a partir da sua estratégia ambiental de 1990, incluindo as três dimensões (social, económica e ambiental) conforme propostas pela Agenda 21.

Como parte desta estratégia, foram desenvolvidos quadros de Desenvolvimento Económico e Sustentabilidade para setores da economia, incluindo o dos Transportes e das Atividades Económicas. Os objetivos do enquadramento sustentável para os transportes foram (HMSO, 1994):

- Para encontrar o equilíbrio certo entre o que os transportes podem apoiar o desenvolvimento económico e a capacidade de proteger o meio ambiente e manter a qualidade de vida futura;
- Atender às necessidades económicas e sociais de acesso com uma menor necessidade de viagens;
- Tomar medidas que reduzam o impacto ambiental dos transportes e influenciem a taxa de crescimento do tráfego;
- Garantir que os utilizadores paguem a totalidade do custo social e ambiental das suas decisões em termos de transporte, melhorando assim a eficiência geral dessas decisões para a economia como um todo e aportando benefícios ambientais.

Estes objetivos salientam a transição para uma abordagem mais holística quanto ao planeamento do transporte “sustentável” em comparação com a ênfase anterior dada ao meio ambiente. **Desde então, o Reino Unido conduziu o debate sobre sustentabilidade numa série de mesas-redondas sobre desenvolvimento sustentável, que tiveram início a partir de 1996.**

Em 1997, a unidade de exclusão social foi formada pelo atual governo Trabalhista. Esta unidade procurou aumentar a importância da dimensão social quando se equaciona um futuro sustentável. O mandato era **“criar comunidades prósperas, inclusivas e sustentáveis para o século 21 - lugares onde as pessoas querem viver e que promovam oportunidades e uma melhor qualidade de vida para todos”**. Esta foi uma mudança importante, pois anteriormente as dimensões do meio ambiente e da economia tinham sido críticas na visão das pessoas para um futuro sustentável, e a criação da unidade de exclusão social, alargou as questões sociais para além da pobreza.

7) Uma das aplicações-chave no Reino Unido dos avanços na definição de sustentabilidade, tem sido através da **introdução em 1998 da Nova Abordagem de Apreciação (NATA)**. O principal avanço nessa abordagem é o de apresentar uma única tabela de resumo (Tabela de Resumo de Avaliação (AST)) dos principais impactos sociais, económicos e ambientais de um determinado esquema, por forma a que possam ser considerados em conjunto no processo de avaliação.

O Reino Unido atualizou a sua estratégia de sustentabilidade e publicou - Uma melhor qualidade de vida, uma estratégia para o desenvolvimento sustentável para o Reino Unido em 1999. Esta Estratégia define desenvolvimento sustentável como “garantir uma melhor qualidade de vida para todos, agora e para as próximas gerações”. **Os quatro principais objetivos desta estratégia** estão diretamente ligados aos três principais pilares da sustentabilidade, conforme definido anteriormente:

- Progresso social que reconhece as necessidades de todos;
- Proteção efetiva do meio ambiente;
- Uso prudente dos recursos naturais;
- Manutenção de níveis elevados e estáveis de crescimento económico e do emprego.

A estratégia apresenta vários indicadores que podem ser usados na prossecução de cada um destes objetivos. Foi revista anualmente desde 1999 na publicação.

8) Em 1999, o governo Inglês também publicou **o livro branco - modernizando o governo** no qual se comprometia a “criar e providenciar um sistema integrado de ferramentas de impacto e avaliação em apoio ao desenvolvimento sustentável, prevendo o impacto nos negócios, meio ambiente, saúde e necessidades de determinados grupos da sociedade”

9) Um resultado deste “white paper” foi **a criação da ferramenta IPA (Integrated Policy Appraisal) e da RIA (Regulatory Impact Assessment), que é agora a principal ferramenta para integrar o desenvolvimento sustentável na formulação de políticas do governo central.** A génese da abordagem tem em conta o impacto económico, social e ambiental de qualquer política.

O site de desenvolvimento sustentável para o Reino Unido foi lançado em 2000 para reunir recursos sobre a abordagem de desenvolvimento sustentável do seu governo. Pode ser visto em <http://www.sustainable-development.gov.uk>. Esta discussão procurou considerar algumas das publicações e eventos cruciais que influenciaram o modo como as pessoas pensam sobre sustentabilidade. É apenas uma pequena amostra dos vastos recursos existentes. Como parte do trabalho concluído para a tarefa 1, foi criado um site, o site atual é o seguinte: www.gov.uk – que permite aceder a uma gama mais ampla de recursos e documentos.

Tal é realçado na introdução do NATA em 1998, referido no ponto 7), que incorporou os três pilares da sustentabilidade na criação da tabela de resumo de avaliação.

10) Em 2002, tem lugar em Joanesburgo a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, a declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável incluiu a seguinte declaração (reforçando os compromissos traçados em 1992):

“Há 30 anos, em Estocolmo, acordámos a necessidade urgente de responder ao problema da deterioração ambiental. Há dez anos, na Conferência Nacional Unida sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, acordámos que a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento económico-social são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, com base nos princípios do Rio. Para alcançar tal desenvolvimento, adotámos o programa global intitulado Agenda 21 e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, à qual reafirmamos o nosso compromisso”.

11) Em 2003, a Habitação e o meio ambiente local são de importância vital. Mas as comunidades são mais do que apenas habitações. Têm muitos requisitos. Investir apenas em habitação, não prestando atenção às outras necessidades das comunidades, corre-se o risco de desperdiçar dinheiro - como demonstrou a experiência passada. É necessária uma visão mais ampla de comunidades fortes e sustentáveis para apoiar este plano, decorrente do forte compromisso do governo com o desenvolvimento sustentável. **A forma como as nossas comunidades se desenvolvem económica, social e ambientalmente, deve respeitar as necessidades das gerações futuras, bem como ter sucesso agora.** Esta é a chave para soluções duradouras e não temporárias; criar comunidades que possam ser auto sustentáveis e adaptar-se às exigências da vida moderna. Lugares onde as pessoas querem viver e continuarão a querer. (Comunidades Sustentáveis: construção para o futuro, ODPM).

12) 2004 - World Business Council for Sustainable Development -

Este relatório vem na sequência do emitido no início de 2001, e previu a mobilidade em 2030. Produziu 12 indicadores para o desenvolvimento sustentável. Utilizou os 3 pilares da sustentabilidade como linha de orientação para a produção dos seus indicadores (Mobilidade 2030, respondendo aos desafios da sustentabilidade).

III. E AGORA? ONDE NOS ENCONTRAMOS NO QUE RESPEITA A ESTE CONCEITO?

A definição de “sustentabilidade” é o estudo sobre a forma como os sistemas naturais funcionam, permanecem diversificados e produzem tudo o que é necessário para que a ecologia permaneça em equilíbrio. Também reconhece que a civilização humana usa recursos para sustentar o estilo de vida moderno. Existem inúmeros exemplos ao longo da história da Humanidade (conforme referido acima) em que uma civilização prejudicou o seu próprio ambiente e afetou gravemente as suas chances de sobrevivência. **A sustentabilidade tem em consideração como podemos viver em harmonia com o mundo natural ao nosso redor, protegendo-o de danos e destruição.**

Vivemos atualmente uma existência moderna, consumista e amplamente urbana por todo o mundo desenvolvido e consumimos muitos recursos naturais diariamente. **Nos centros urbanos, consumimos mais energia do que aqueles que vivem em contextos rurais; e os centros urbanos consomem muito mais energia do que a média, mantendo as nossas ruas e edifícios iluminados, alimentando os nossos eletrodomésticos, o nosso aquecimento e outras necessidades públicas e domésticas.** Isto não quer dizer que a vida sustentável deva focar-se apenas nos habitantes dos centros urbanos, mas há melhorias a serem feitas em todos os lugares - **estima-se que utilizamos cerca de 40% mais recursos a cada ano do que podemos recuperar**, é necessário mudar.

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável focam-se no equilíbrio da linha ténue entre as necessidades concorrentes/divergentes - a nossa necessidade de avançar tecnológica e economicamente e a necessidade de proteger o ambiente em que nós e os outros vivemos. Sustentabilidade não se trata apenas do meio ambiente, mas também da nossa saúde, uma vez que a sociedade tem o propósito de garantir que nenhuma pessoa ou áreas da vida sofram como resultado da legislação ambiental, e também examinar os efeitos de longo prazo das ações da humanidade e colocar questões sobre formas de melhoria.

OS TRÊS PILARES DA SUSTENTABILIDADE

Em 1995, a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social em Copenhaga identificou três áreas fulcrais que contribuem para a filosofia e a ciência social do desenvolvimento sustentável. Estes “pilares” em muitas normas nacionais e esquemas de certificação, **formam a espinha dorsal da abordagem das áreas centrais que o mundo agora enfrenta**. Como já referido acima e para reforçar o que a Comissão Brundtland descreveu como **“desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas próprias necessidades”**. Devemos assim ter em mente o futuro, ao tomarmos as nossas decisões sobre o presente.

A) Desenvolvimento Económico

Esta é a questão mais problemática, pois a maioria das pessoas discorda em termos políticos do que é e do que não é economicamente correto, e de como isso poderá afetar os negócios e, por acréscimo, os empregos e a empregabilidade. Trata-se também de fornecer incentivos às empresas e outras organizações para que adiram às diretrizes de sustentabilidade além das suas exigências legislativas normais.

Adicionalmente, encorajar e promover incentivos para o indivíduo comum fazer a sua parte onde e quando puder; **uma pessoa raramente consegue muito, mas, em conjunto, os efeitos em algumas áreas são cumulativos. O mercado de oferta e procura é de natureza consumista e a vida moderna exige muitos recursos todos os dias; pelo bem do meio ambiente, controlar o que consumimos é a questão primordial**. O desenvolvimento económico consiste em dar às pessoas o que elas querem sem comprometer a qualidade de vida, especialmente no mundo em desenvolvimento, e reduzir o fardo financeiro e a “carga burocrática” de fazer a coisa certa.

B) Desenvolvimento Social

Este pilar é multifacetado. **O mais importante é a consciencialização e a proteção da legislação sobre a saúde das pessoas contra a poluição e outras atividades prejudiciais de empresas e outras organizações**.

Na América do Norte, Europa e no resto do mundo desenvolvido, há uma forte supervisão e programas de legislação em vigor para garantir que a saúde e o bem-estar das pessoas sejam fundamentalmente protegidos. Trata-se também de manter o acesso aos recursos básicos sem com-

prometer a qualidade de vida. O tema mais “quente” para muitas pessoas atualmente, é a habitação sustentável e como podemos construir melhor as casas em que vivemos a partir de material sustentável. O último aspecto é a educação - incentivar as pessoas a participarem da sustentabilidade ambiental e ensinar-lhes os efeitos da proteção ambiental, bem como alertar sobre os perigos, se não conseguirmos alcançar os objetivos.

C) Proteção Ambiental

Todos sabemos o que é preciso fazer para proteger o meio ambiente, quer seja reciclagem, reduzir o nosso consumo de energia ao desligar dispositivos eletrônicos em vez de usar o modo de espera, fazendo caminhadas curtas em vez de apanhar o autocarro. As empresas são regulamentadas para evitar a poluição e manter as suas emissões de carbono baixas. Existem incentivos para a instalação de fontes de energia renováveis nas nossas casas e empresas. A proteção ambiental é o terceiro pilar e, para muitos, a principal preocupação do futuro da humanidade. **Ela define como deveríamos estudar e proteger os ecossistemas, a qualidade do ar, a integridade e a sustentabilidade dos nossos recursos e focarmo-nos nos elementos que provocam stress no meio ambiente.** Também diz respeito ao modo como a tecnologia vai impulsionar o nosso futuro mais verde; **A EPA (Agência de Proteção Ambiental dos EUA) reconheceu que o desenvolvimento de tecnologia e biotecnologia é fundamental para a sustentabilidade e para proteger o meio ambiente de possíveis danos que os avanços tecnológicos possam trazer.**

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2000, realizou-se em Nova Iorque a **Cimeira do Milénio** de onde resultou a “**Declaração do Milénio das Nações Unidas**” aprovada pela **Assembleia Geral das Nações Unidas**, comprometendo todos os países numa nova parceria global para reduzir a pobreza extrema em todas as suas múltiplas dimensões e estabelecendo uma série de metas calendarizadas até 2015. Nesta Declaração constam os oito “**Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)**” que integram objetivos, metas e indicadores para monitorizar o progresso sobre a pobreza em todas as suas múltiplas dimensões.



Figura 2: Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

Em 2012, no Rio de Janeiro, realizou-se a **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS)**, que lançou as bases para a criação dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Desta conferência resultou o documento “**O futuro que queremos**” (“**The future we want**”).

Em 2015, após o prazo estabelecido para os ODM, fez-se um balanço geral muito positivo sobre os avanços civilizacionais conseguidos. De facto, os compromissos assumidos em 2000 pelos líderes mundiais em “não poupar esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos atualmente mais de 1.000 milhões de seres humanos...” contribuíram para se produzir um movimento global contra a pobreza extrema, a fome, a doença, a iliteracia, a degradação ambiental e a discriminação de género, com reflexos na melhoria da qualidade de vida para largas dezenas de milhões de pessoas em todo o Mundo.

Em setembro de 2015, os 17 ODS da Agenda 2030 foram acordados, na Cimeira de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Os ODS abrangem questões alinhadas com os três pilares da sustentabilidade: social, ambiental e económico, tais como: pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de género, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social.



Figura 3: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

IV. TRAZER A SUSTENTABILIDADE AO “MUNDO REAL” (ESTUDO DE CASO)

Não há Desenvolvimento Económico sem Desenvolvimento Social e Ambiental. E, reflexo disso é o facto de cada vez mais empresas, inclusive as de investimento, colocarem o Desenvolvimento Social e Ambiental como um dos fatores de decisão mais relevantes. **A BlackRock é um exemplo, Larry Fink escreveu uma carta aos seus clientes e também aos CEOs onde refere a sustentabilidade como o novo padrão de investimento da BlackRock e “que estamos à beira de uma mudança estrutural nas finanças”.** Na carta aos CEOs refere que **“uma empresa não pode alcançar lucros a longo prazo sem ter um objetivo e sem considerar as necessidades de uma ampla gama de partes interessadas”.** “Em última análise, o propósito é o motor da rentabilidade a longo prazo.”

O desequilíbrio entre estes três pilares está claro e visível para todos nós: alterações climáticas e as desigualdades cada vez mais acentuadas entre pessoas, regiões, países, continentes.

Como gerir uma situação, considerando os três pilares da sustentabilidade?

Existem indicadores e questões a ter em consideração para um único vetor. Veja por favor o documento: **Guia para Eventos Sustentáveis.**



Neste guia está um exemplo para eventos sustentáveis, nos próximos módulos este é um tema que será abordado em mais detalhe. No entanto, e numa primeira fase, independentemente da situação (evento, construção, serviço, produto, negócio, ...) , **a primeira análise a ser feita é identificar para cada um dos pilares da sustentabilidade os principais impactos positivos e negativos.** Após análise será possível tomar decisões em prol da sustentabilidade.

V. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE: A NOVA ECONOMIA - PROPÓSITO UM

Para ter credibilidade e sucesso, os ambientalistas precisam de ir para além da zona de conforto das suas rotinas e parcerias profissionais. As mudanças necessárias não podem ser feitas apenas pelos ambientalistas. **Irão exigir inúmeras alianças com uma gama diversificada de intervenientes**, grandes e pequenos, incluindo empresas, governos, organizações de desenvolvimento e de desenvolvimento ambiental e outras organizações da sociedade civil, tais como grupos religiosos. **A capacitação será fundamental para a competência de alguns parceiros no apoio e provocação da mudança.**

As empresas são uma parte importante da solução. Uma dimensão chave de uma abordagem que oferece escolhas deve ser a combinação efetiva entre empresa, mercado e regulamentação. **O mercado é extremamente poderoso como força, para o bem e para o mal.** É altamente eficiente, mas necessita de regulamentação no caso de ter que “dizer a verdade ecológica”. A tributação (com os impostos reestruturados para refletir os custos indiretos do uso de recursos, por exemplo, a produção de carbono) é necessária para que a mudança estrutural criativa seja implementada. Empresas relevantes não são necessariamente grandes.

A conservação e o ambientalismo no passado, deram demasiada importância ao governo e à regulamentação: **mas porquê tentar direcionar ou coagir a mudança por meio de regulamentação se se puder usar o mercado para mudar o comportamento?** Tal como os negócios do Grameen Bank demonstram, a **empresa social*** pode ser uma força poderosa para uma mudança positiva, ultrapassando em muito a capacidade do governo, devido à sua capacidade de aproveitar a iniciativa humana individual e o interesse próprio. Tais soluções virais e de base da pirâmide para os desafios da sustentabilidade estão ainda no seu início.

As empresas não podem realizar as mudanças necessárias sozinhas. Elas precisam que os governos regulem e os financiadores recompensem as iniciativas que favoreçam a sustentabilidade. Em última análise, **os cidadãos têm que fornecer as forças motrizes para novas economias através das suas decisões enquanto consumidores.** A sua capacidade de equilibrar

interesses humanos de longo prazo, como cidadãos, pais e vizinhos, na escolha de curto prazo enquanto consumidores, terá um impacto significativo sobre a viabilidade de uma transição para uma nova economia global sustentável.

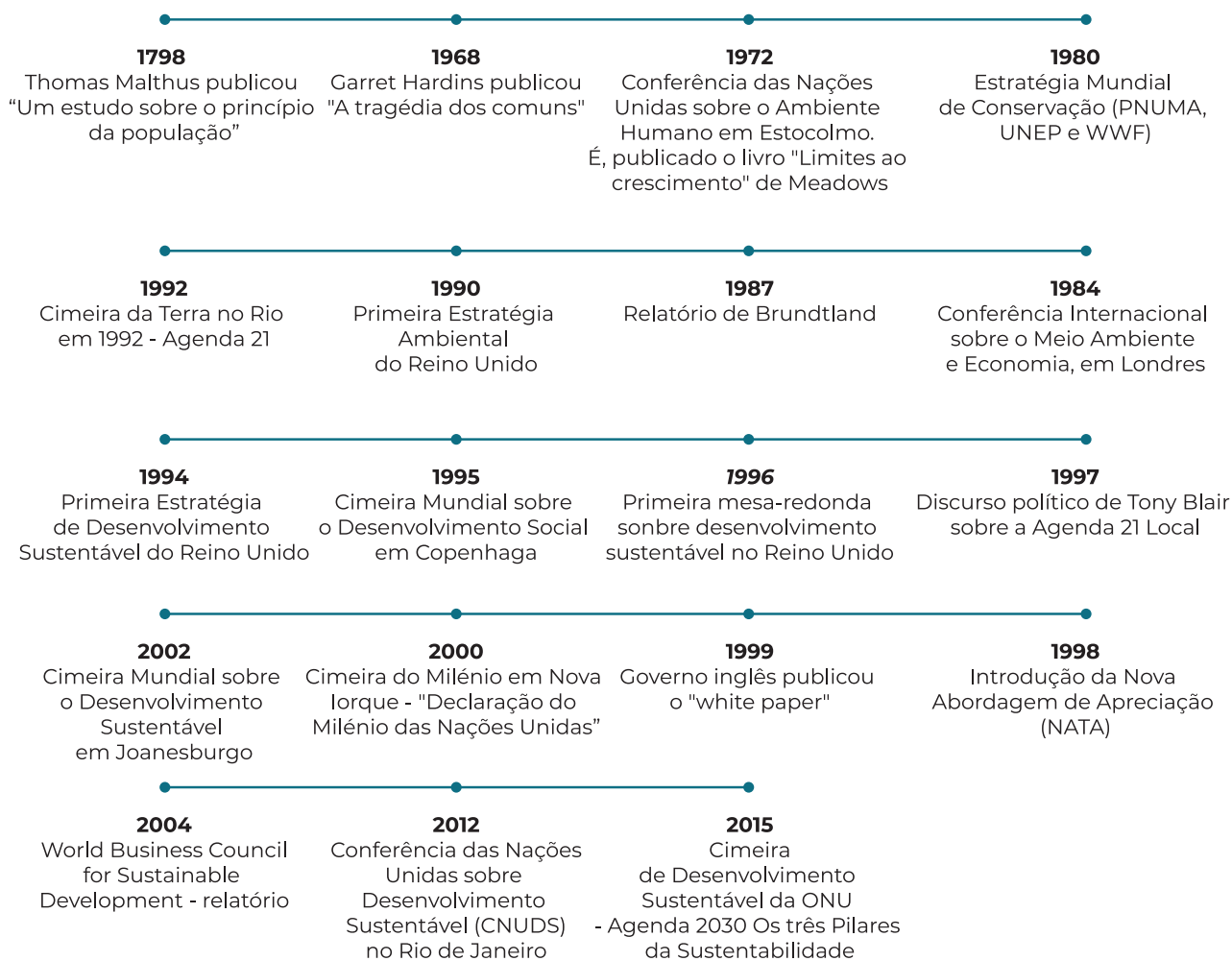
É improvável que uma tentativa de elaborar um “plano holístico para o futuro” seja eficaz. As mudanças económicas, culturais e políticas necessárias são muito complexas para mapear detalhadamente. Uma estratégia mais eficaz seria baseada na evolução dos canais entrançados de mudança que diferentes atores podem possuir e impulsionar.

Diferentes estratégias serão necessárias em diferentes contextos: nenhum plano holístico tipo “modelo único” será eficaz.

*****) Segundo o Regulamento (EU) n.º 346/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, **Empresa Social deverá ser definida como “um operador da economia social cujo objetivo principal, mais do que gerar lucros para os seus proprietários ou sócios, é ter uma incidência social.** Opera no mercado fornecendo bens e serviços e utiliza os seus lucros essencialmente para atingir objetivos sociais. É gerida de forma responsável e transparente, nomeadamente através da participação de empregados, consumidores e outros interessados abrangidos pela sua atividade comercial.” Em Portugal, cabe aguardar a criação de um regime jurídico “taylor made” das empresas sociais, enquanto entidades que desenvolvem uma atividade comercial com fins primordialmente sociais e cujos excedentes são essencialmente mobilizados para o desenvolvimento daqueles fins ou reinvestidos na Comunidade.

VI. RESUMO DO MÓDULO

EVENTOS-CHAVE NA FORMULAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OS TRÊS PILARES DA SUSTENTABILIDADE



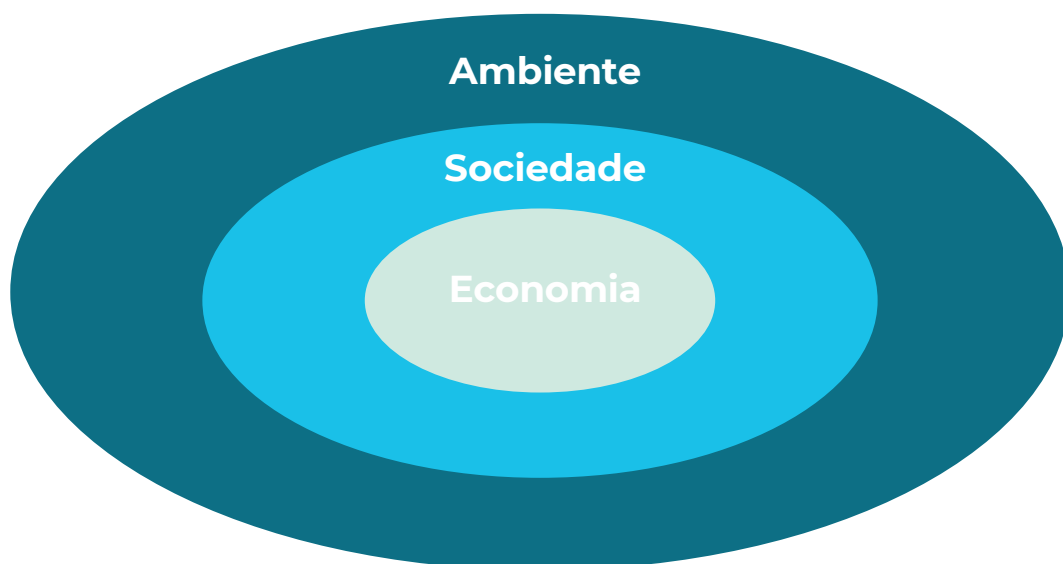


Figura 5: Giddings et al (2002)

Este diagrama mostra a dependência dos três pilares – económico, social e ambiental – entre si. É possível verificar que a economia depende da sociedade e que a sociedade e a economia dependem do meio ambiente e dos seus recursos.

No Relatório de Brundtland é possível ler a seguinte definição para Desenvolvimento Sustentável: **“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.”**

O desenvolvimento sustentável acontece quando os seus três pilares são respeitados, melhorando as condições de vida de todos, preservando o meio ambiente a curto, mas também a longo prazo, tendo como objetivo um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável.

VI. BIBLIOGRAFIA: TEMAS PARA REFLEXÃO

- <http://www.epa.gov/sustainability/basicinfo.htm>
- https://www.academia.edu/9294719/Urban_Sustainability_in_Theory_and_Practice_Circles_of_Sustainability_2015_
- http://degrowth.org/wp-content/uploads/2011/05/Lorek_Sustainable-consumption.pdf
- <http://www.sd-commission.org.uk/pages/what-is-sustainable-development.html>
- http://epa.gov/ncer/rfa/forms/sustainability_primer_v7.pdf
- http://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn_future_of_sustainability.pdf
- http://www.sustainabilityconsortium.org/wp-content/themes/sustainability/assets/pdf/whitepapers/Social_Sustainability_Assessment.pdf
- <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/4538pressowg13.pdf>
- <https://sustainabledevelopment.un.org/focussdgs.html>
- Diamond, J. 2005: Collapse: How Complex Societies Choose to Fail or Survive. New York: Penguin (<http://cpor.org/ce/Diamond%282005%29Collapse-HowSocietiesChooseFailureSuccess.pdf>)
- <http://www.pnas.org/content/106/8/2483.full.pdf+html>
- http://assets.panda.org/downloads/living_planet_report_2008.pdf
- http://www.histecon.magd.cam.ac.uk/history-sust/files/Big_Here_and_Long_Now-presentation.pdf
- <http://www.rainforest-alliance.org/work/agriculture>
- <http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/introducing-unesco/>
- http://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn_future_of_sustainability.pdf
- https://en.wikipedia.org/wiki/Thomas_Robert_Malthus
- <https://www.bcsdportugal.org>
- <http://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2018/01/Guia-para-Eventos-Sustentáveis.pdf>
- <https://www.un.org/development/desa/dspd/2015/12/unga-marks-the-20th-anniversary-of-the-world-summit-for-social-development/>
- http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracao_do_milenio_das_nacoes_unidas.pdf
- <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/43281>
- <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/a-empresa-social-7327>

SAPANA.ORG
making purpose sustainable

